

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.683 - SE  
(2019/0287908-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **CLAUDIO SANTOS SOUZA**  
**ADVOGADOS** : **MARK CLARK DE MELO LIMA - SE004000**  
                  **ADRIANA AZEVEDO DE ARAUJO LIMA - SE006918**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO AOCP**  
**ADVOGADOS** : **FABIO RICARDO MORELLI E OUTRO(S) - PR031310**  
                  **CAMILA BONI BILIA E OUTRO(S) - PR042674**  
**AGRAVADO** : **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES -**  
                  **EBSERH**  
**REPR. POR** : **KLEBER DE MELO MORAIS**  
**ADVOGADOS** : **ANDREA SABIÃO DE SIQUEIRA E OUTRO(S) - PE014673**  
                  **BRUNA LETICIA TEIXEIRA IBIAPINA CHAVES E OUTRO(S)**  
                  **- DF047067**  
                  **ALICE OLIVEIRA DE SOUZA CAVALCANTE E OUTRO(S) -**  
                  **DF046204**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por Cláudio Santos Souza contra decisão da Presidência, que não conheceu do agravo em recurso especial.

O agravante aduz não ser caso de aplicação da Súmula 182/STJ, porquanto houve o efetivo combate dos argumentos do *decisum* pelo qual foi negado seguimento ao recurso especial.

É o relatório.

Há de se reconhecer que os fundamentos da decisão, que inadmitiu o recurso especial, foram minimamente confrontados no agravo em recurso especial, cabendo o afastamento do enunciado sumular n. 182/STJ.

Há de se reconhecer a viabilidade de conhecimento ao agravo.

Ocorre que não se revela viável o conhecimento do recurso especial, porquanto a discussão dos autos - pontuação em concurso público por experiência profissional - esbarra no óbice disposto na Súmula 7/STJ.

Revela-se necessária a alteração de premissa fática de julgamento segundo a qual não foi cumprido o requisito trazido no edital.

Confira-se:

No cargo de auxiliar de cadastro exerceu atividades de realização de cadastro de clientes, cancelamento e reativações de clientes, mantendo em dia a rotina administrativa, cumprindo prazos e regras de movimentações cadastrais e atendimento ao cliente.

Como assistente de cadastro, realizava atendimento ao cliente, cadastro de novos clientes e atualização de cadastros existentes, Já como emissão de boletos e envio de faturas e carteiras dos planos odontológicos, mantendo em

dia a rotina administrativa.

coordenador de expedição, fazia atendimento ao cliente, expedição de documentos e malotes via correios e transportadores, emissão e faturamento de boletos, cancelamentos e refaturamento de boletos, emissão de carteiras do plano e envio das mesmas, elaboração e conferência de relatórios, coordenação de equipe de auxiliares em trabalhos de expedição e administrativo como também entrega de correspondências.

Embora o postulante tenha realizado funções de natureza administrativa, com a coincidência de uma ou outra atividade exigida para o cargo de assistente administrativo, não se observa, porém, a preponderante compatibilidade entre as atividades realizadas e as exigidas de modo suficiente a justificar o cômputo da experiência profissional. As atribuições descritas no edital foram: Executar ações e tarefas de apoio administrativo, relativas à gestão de pessoas, suprimentos, comunicação administrativa, reprografia, patrimônio, jurídico e demais serviços de apoio administrativo; Preencher documentos, preparar relatórios, formulários, planilhas e prontuários; Acompanhar processos administrativos, cumprindo todos os procedimentos necessários referentes aos mesmos; Atender clientes, usuários e fornecedores; Realizar demais atividades inerentes ao emprego.

Deve-se observar, que a vaga ofertada no Edital 04/2016 foi de assistente administrativo, de modo que as funções trazidas nas declarações dos empregadores e na CTPS não se prestam a comprovar experiência profissional na área exigida. O item 10.2 do edital é claro ao expressar que a experiência será comprovada através de " Anos completos de exercício da profissão, no emprego , o que não ocorreu, pois os documentos apresentados informam função diversa daquela pleiteado, sem sobreposição de tempo" almejada pelo candidato.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, dou provimento em parte ao agravo interno apenas para conhecer do agravo, mas não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator